

## Alerta Legislação, nº 52, de 23 a 31 de dezembro 2013

### Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca  
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

#### DESTAQUES

##### Governo Federal

- **LEI Nº 12.933, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**  
Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a [Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001](#).
- **LEI Nº 12.919, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013**  
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.
- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 631, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013**  
Altera a [Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010](#), que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas.
- **DECRETO Nº 8.166, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**  
Regulamenta a [Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011](#), que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.

##### Governo do Estado de São Paulo

- **LEI Nº 15.266, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**  
Dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual
- **LEI Nº 15.265, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2014.

##### Prefeitura da Cidade de São Paulo

- **LEI Nº 15.950, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013**  
Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2014.
- **LEI Nº 15.949, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013**  
Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017.
- **LEI Nº 15.947, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**

Dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em vias e áreas públicas - comida de rua - e dá outras providências.

■ **LEI Nº 15.945, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

Estabelece diretrizes para a criação do Programa Centro de Parto Normal - Casa de Parto, no âmbito do Município de São Paulo.

■ **LEI Nº 15.943, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

Dispõe sobre o diagnóstico de gestantes portadoras do vírus HIV e prevenção da transmissão do mesmo aos fetos e crianças recém-nascidas.

■ **LEI Nº 15.939, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

Dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal em cargos efetivos e comissionados.

■ **LEI Nº 15.933, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

Institui no âmbito do município de São Paulo o Programa de Adoção de Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

■ **DECRETO Nº 54.731, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013**

Atualiza, para o exercício de 2014, os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno constantes da Planta Genérica de Valores, o valor limite de metro quadrado de terreno de imóveis residenciais verticais e os valores das multas relativas aos Impostos Predial e Territorial Urbano, bem como concede desconto para pagamento à vista do IPTU.

■ **DECRETO Nº 54.730, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013**

Fixa o valor dos preços de serviços prestados por Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
31/12/2013	<b><u>DECRETO Nº 8.180, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007</a> , que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.
30/12/2013	<b><u>DECRETO Nº 8.179, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Regulamenta o art. 8º da <a href="#">Medida Provisória nº 636, de 26 de dezembro de 2013</a> , que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências.  <b><u>DECRETO Nº 8.178, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Autoriza a concessão de rebate em operações de crédito rural contratadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar - Proger Rural Familiar.  <b><u>DECRETO Nº 8.177, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>

	<p>Autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 8.176, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras.</p>
<p><b>27/12/2013</b> <b>(Ed.extra)</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 8.175, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007</a>, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.</p> <p><b>RETIFICAÇÃO</b> <b><u>DECRETO Nº 8.010, DE 16 DE MAIO DE 2013</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009</a>, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.</p>
<p><b>27/12/2013</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 12.933, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a <a href="#">Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001</a>.</p> <p><b><u>LEI Nº 12.930, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 10.771, de 21 de novembro de 2003</a>, na parte que dispõe sobre a criação de Procuradorias da República em Municípios no âmbito do Ministério Público Federal.</p> <p><b><u>LEI Nº 12.921, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares.</p> <p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 636, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências.</p> <p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 635, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Dispõe sobre a ampliação do valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2012/2013, sobre a ampliação do Auxílio Emergencial Financeiro relativo aos desastres ocorridos em 2012 e dá outras providências.</p> <p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 634, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Prorroga o prazo para a destinação de recursos aos Fundos Fiscais de Investimentos, altera a legislação tributária federal, e dá outras providências.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 8.174, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera os Anexos I e II ao <a href="#">Decreto nº 7.867, de 19 de dezembro de</a></p>

	<p><a href="#">2012</a>, relativos ao Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para 2013.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 8.173, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.</p>
<p><b>26/12/2013</b> <b>(Ed.extra)</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 12.919, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.</p> <p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 633, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009</a>, que autoriza a concessão de subvenção econômica sob a modalidade de equalização de taxas de juros pela União, acrescenta o art. 1º-A à <a href="#">Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011</a>, que autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a assumir direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH e dá outras providências.</p>
<p><b>26/12/2013</b></p>	<p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 632, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Dispõe sobre remuneração das Carreiras e dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, da Carreira de Perito Federal Agrário, das Carreiras do Hospital das Forças Armadas, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI [...]</p> <p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 631, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010</a>, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas.</p> <p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 630, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011</a>, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e dá outras providências.</p>
<p><b>24/12/2013</b> <b>(Ed. extra)</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 8.172, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Concede indulto natalino e comutação de penas, e dá outras providências.</p>
<p><b>24/12/2013</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 8.171, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 7.816, de 28 de setembro de 2012</a>, para dispor sobre margens de preferência na aquisição de caminhões, furgões e implementos rodoviários, para fins do disposto no art. 3º da <a href="#">Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993</a>.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 8.170, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 7.843, de 12 de novembro de 2012</a>, para dispor sobre margens de preferência na aquisição de disco para moeda, para fins do disposto no art. 3º da <a href="#">Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993</a>.</p>

	<p><b><u>DECRETO Nº 8.169, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo <a href="#">Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011</a>.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 8.168, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo <a href="#">Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011</a>.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 8.167, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 7.756, de 14 de junho de 2012</a>, para dispor sobre margens de preferência na aquisição de produtos de confecções, calçados e artefatos, para fins do disposto no art. 3º da <a href="#">Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993</a>.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 8.166, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Regulamenta a <a href="#">Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011</a>, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 8.165, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007</a>, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 8.164, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 6.573, de 19 de setembro de 2008</a>, que fixa coeficiente para redução das alíquotas específicas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita bruta auferida na venda de álcool e estabelece os valores dos créditos dessas Contribuições que podem ser descontados na aquisição de álcool anidro para adição à gasolina.</p>
<p><b>23/12/2013</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 12.918, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera o art. 1º da <a href="#">Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983</a>, que fixa os efetivos do Exército em tempo de paz.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 8.159, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013(*)</u></b> <i>(*) Republicação do Anexo I ao Decreto nº 8.159, de 18 de dezembro de 2013, por ter constado incorreção quanto ao original no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2013, Seção 1.</i></p>
<p><b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA FEDERAL</b></p>
<p><b>Presidência da República (PR)</b></p>	<p><b>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU)</b> <b><u>PORTARIA Nº 477, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na análise de precatórios com pagamento previsto para o ano de 2014, e dá outras providências.</p> <p>– Procuradoria-Geral Federal (PGF) <b><u>PORTARIA Nº 839, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b></p>

Disciplina a aplicação da Portaria do Ministério da Fazenda nº 582, de 11 de dezembro de 2013, às execuções fiscais trabalhistas e dá outras providências.

– Procuradoria-Geral da União (PGU)

**PORTARIA Nº 3, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013**

Dispõe sobre o lançamento de registros de inclusões, exclusões, suspensões, reativações ou alterações no Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais - Cadin, referentes aos devedores ou responsáveis por créditos da União decorrentes de multas administrativas aplicadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

**CONSELHO DE GOVERNO**

– Câmara de Comércio Exterior (CAMEX)

**RESOLUÇÃO Nº 126, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**

Estabelece as condições de comercialização das operações ao amparo do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX

**SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC)**

– Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

– Superintendência de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado (SRE)

**PORTARIA Nº 3.457, DE 27 DE DEZEMBRO 2013**

Classifica os aeroportos para fins de cobrança de tarifas aeroportuárias.

**PORTARIA Nº 3.401, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**

Dispõe sobre regras e diretrizes metodológicas para a obtenção dos indicadores de Serviços Diretos e Disponibilidade de Equipamentos e Instalações que serão aplicadas no ano de 2014 pelas Concessionárias dos Aeroportos Internacionais de Brasília, Viracopos e Guarulhos.

**SECRETARIA DE PORTOS (SEP)**

– Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)

**RESOLUÇÃO Nº 3.201, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013**

[...] **Art. 1º** Aprovar a proposta de Norma que Dispõe sobre a gestão portuária e a prestação de serviço portuário adequado e estabelece infrações administrativas, na forma do anexo desta Resolução. [...]

**Ministério da  
Agricultura,  
Pecuária e  
Abastecimento  
(MAPA)**

**GABINETE DO MINISTRO (GM)**

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.297, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013**

[...] **Art. 1º** Estabelecer os seguintes parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e por intermédio do instrumento de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (PEPRO), para a laranja (*Citrus sinensis*), da safra 2013/2014: [...]

**PORTARIA Nº 1.276, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013**

[...] **Art. 1º** Aprovar o Regimento Interno da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, na forma do anexo à presente Portaria. [...]

	<p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 61, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  [...]<b> Art. 1º</b> Incorporar ao ordenamento jurídico nacional os "Requisitos Zoonosológicos dos Estados Partes para a Importação de Sêmen Ovino Congelado" aprovados pela Resolução GMC – MERCOSUL Nº 14/13, na forma do anexo à presente Instrução Normativa. [...]</p>
<p><b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</b></p>	<p><b>COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 159, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  [...]<b> Art. 1º</b> Aprovar a Norma CNEN nº 3.05 - "Requisitos de Segurança e Proteção Radiológica para Serviços de Medicina Nuclear", em anexo. [...]</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 45, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  [...]<b> Restabelecer o Protocolo de Cooperação Técnica</b> - que passa a denominar-se Acordo de Cooperação Técnica - que tem por objeto propiciar a atuação conjunta do CNPq e de Instituição, de qualquer natureza jurídica, na aplicação de políticas estratégicas de governo para a consecução de programas e projetos de capacitação de recursos humanos e/ou de programas e projetos de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação.  Esta Resolução Normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação.</p>
<p><b>Ministério da Cultura (MinC)</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 118, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Reformula o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva</p>
<p><b>Ministério da Defesa (MD)</b></p>	<p><b>COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 2.231/GC3, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  (*) Aprova a reedição da NSCA 3-3, que dispõe sobre a Gestão da Segurança de Voo na Aviação Brasileira.  (*) <i>Esta Norma de que trata a presente Portaria será publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).</i></p> <p><b>SECRETARIA-GERAL (SG)</b>  – Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD)  <b><u>PORTARIA Nº 3.498/SEPESD/SG-MD, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  [...]<b> Art. 1º</b> Aprovar as normas para a abertura de inscrição do VI Concurso de Teses sobre Defesa Nacional, no período de 1º de julho a 29 de agosto de 2014, nos termos do Regulamento anexo. [...]</p>
<p><b>Ministério da Educação (MEC)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 19, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  [...]<b> Art. 1º</b> Na operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, serão observados, no exercício de 2014, os parâmetros anuais estabelecidos na forma dos seguintes anexos à presente Portaria: [...]</p>

	<p><b><u>PORTARIA Nº 1.291, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 1.280, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Divulga os resultados finais do Censo Escolar de 2013.</p> <p><b>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)</b></p> <p><b><u>PORTARIA Nº 604, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Dispõe sobre os prazos para a realização dos aditamentos de transferência de curso e de instituição de ensino superior e de dilatação do período de utilização, e sobre o prazo para a realização dos aditamentos simplificados e não simplificados do 2º semestre de 2010, dos 1º e 2º semestres de 2011, dos 1º e 2º semestres de 2012 e dos 1º e 2º semestres de 2013, relativos à renovação semestral dos contratos de financiamento concedidos com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).</p> <p><b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC)</b></p> <p><b><u>PORTARIA Nº 45, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Institui e regulamenta o Comitê Nacional de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica (CONPEP).</p>
<p><b>Ministério da Fazenda (MF)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b></p> <p><b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 604, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera a redação da Portaria Interministerial nº 362, de 24 de outubro de 2012, para dispor sobre bens e serviços de Tecnologia Assistiva passíveis de financiamento.</p> <p><b>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN)</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 4.293, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o primeiro trimestre de 2014. (5% a. a.)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 4.292, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Dispõe sobre a portabilidade de operações de crédito realizadas com pessoas naturais, altera a Resolução nº 3.401, de 6 de setembro de 2006, e dá outras providências.</p> <p><b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)</b></p> <p><b><u>CIRCULAR Nº 639, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Descreve a rotina de ressarcimento do custo de manutenção dos contratos no Sistema de Administração do FCVS - SICVS.</p> <p><b><u>CIRCULAR Nº 637, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2014, e dá outras providências.</p> <p><b>COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)</b></p> <p><b><u>INSTRUÇÃO Nº 543, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Dispõe sobre a prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários e de emissão de certificados de valores mobiliários.</p>

**INSTRUÇÃO Nº 542, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013**

Dispõe sobre a prestação de serviços de custódia de valores mobiliários.

**INSTRUÇÃO Nº 541, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013**

Dispõe sobre a prestação de serviços de depósito centralizado de valores mobiliários.

**CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS (COAF)**

**PORTARIA Nº 13, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

Aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética do Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

**CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS (CNSP)**

→ Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

**RESOLUÇÃO Nº 300, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013**

Institui regras e procedimentos para o cálculo do patrimônio líquido ajustado exigido das entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedad

**RESOLUÇÃO Nº 299, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013**

Altera a Resolução CNSP Nº 272, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Regimento Interno da Susep.

**RESOLUÇÃO Nº 298, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013**

Altera a Resolução CNSP Nº 273, de 2012.

[...] "Art. 5º-A. O contrato celebrado entre as sociedades seguradoras e os Consórcios do seguro DPVAT deverá conter as seguintes regras para a definição da participação de cada sociedade: [...]"

**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)**

**PORTARIA Nº 1.880, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013**

Dispõe sobre a dispensa de apresentação de documentos com firma reconhecida no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil nos casos em que especifica.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.432, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**

Dispõe sobre o registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas, e sobre o selo de controle a que estão sujeitos esses produtos, e dá outras providências.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.431, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013**

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.312, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre os preços a serem praticados nas operações de compra e de venda de bens, serviços ou direitos efetuadas por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil, com pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, consideradas vinculadas.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.430, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013**

	<p>Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, que estabelece procedimentos para habilitação ao gozo dos benefícios fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a <a href="#">Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013</a>.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.429, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.428, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.385, de 15 de agosto de 2013, que dispõe sobre a Declaração Eletrônica de Bens de Viajante (e-DBV), sobre o despacho aduaneiro de bagagem acompanhada, sobre o porte de valores, altera a Instrução Normativa RFB nº 1.059, de 2 de agosto de 2010, e dá outras providências.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.426, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.307, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF) e dá outras providências.</p>
<p><b>Ministério da Integração Nacional (MI)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA Nº 627, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Estado do Espírito Santo.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 618, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Prorroga até 31 de dezembro de 2014 o prazo para a aplicação dos recursos de que trata o art. 9º da <a href="#">Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991</a>,* referente às opções dos exercícios de 1999 a 2012, anos-calendário de 1998 a 2011. <i>* Altera a legislação do imposto sobre a renda relativa a incentivos fiscais, estabelece novas condições operacionais dos Fundos de Investimentos Regionais e dá outras providências.</i></p> <p><b>SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL (SEDEC)</b> <b><u>PORTARIA CONJUNTA Nº 148, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Estabelece o Protocolo de Ação Integrada para os casos de Inundação Gradual entre a Agência Nacional de Águas - ANA, o Centro Nacional de Monitoramento a Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, representado pela Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED/MCTI, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, representado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC/MI e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 149, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera o Anexo I da Portaria nº 314, de 17 de outubro de 2012, que cria e estabelece o Protocolo de Ação Integrada entre o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), nesse documento representado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI) e o Centro Nacional de Monitoramento a Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), nesse documento representado pela</p>

	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED/MCTI).
Ministério da Justiça (MJ)	<p>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL (DPRF)      – Coordenação-Geral de Operações</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 46, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>      Dispõe sobre a restrição do trânsito de Combinações de Veículos de Carga e demais veículos portadores de AET em rodovias federais nos períodos de feriados e grandes eventos do ano de 2014</p>
Ministério da Saúde (MS)	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM)</p> <p><b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.320, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>      Acresce parágrafo único ao art. 3º da Portaria Interministerial nº 2.891/MS/MEC, de 27 de novembro de 2013, que altera e acresce dispositivos à Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, que dispõe sobre a implantação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 3.394, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>      Institui o Sistema de Informação de Câncer (SISCAN) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 3.390, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>      Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS).</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 3.389, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>      Altera, acresce e revoga dispositivos da Portaria nº 930/GM/MS, de 10 maio de 2012, que define as diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 3.388, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>      Redefine a Qualificação Nacional em Citopatologia na prevenção do câncer do colo do útero (QualiCito), no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 3.387, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>      Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de aperfeiçoar, na "internet", o acesso aos serviços e informações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 3.299, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>      Autoriza o repasse financeiro do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde para fortalecimento das ações de vigilância das zoonoses.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 3.276, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>      Regulamenta o incentivo financeiro de custeio às ações de vigilância, prevenção e controle das DST/AIDS e Hepatites Virais, previsto no art. 18, inciso II, da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de</p>

julho de 2013, com a definição de critérios gerais, regras de financiamento e monitoramento.

**PORTARIA Nº 3.275, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**

Altera a Portaria nº 77/GM/MS, de 12 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a realização de testes rápidos, na atenção básica, para a detecção de HIV e sífilis, assim como testes rápidos para outros agravos, no âmbito da atenção pré-natal para gestantes e suas parcerias sexuais.

**PORTARIA Nº 3.265, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**

Estabelece recurso financeiro a ser disponibilizado ao Município de Barrinha (SP), referente a homologação do Projeto Olhar Brasil - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade (MAC)

**PORTARIA Nº 3.263, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**

Estabelece recursos a serem incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e Município de Jundiá (SP).

**PORTARIA Nº 3.260, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**

Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a serem incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo.

**PORTARIA Nº 3.259, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**

Estabelece recurso financeiro a ser disponibilizado ao Município de Presidente Prudente (SP), referente à homologação do Projeto Olhar Brasil - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade.

**PORTARIA Nº 3.258, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**

Estabelece recursos a serem incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e Município de Jaú (SP).

**PORTARIA Nº 3.255, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**

Estabelece recursos a serem incorporados ao limite financeiro anual de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

**PORTARIA Nº 3.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**

Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a serem incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e Município de Dracena.

**PORTARIA Nº 3.170, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013**

Habilita os Estados e Municípios a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

**PORTARIA Nº 3.164, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013**

Habilita o Município a receber recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para Unidade de Pronto Atendimento - UPA.

*(Cruzeiro-SP)*

**AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013**

Dispõe sobre a avaliação de desempenho das operadoras, referente ao ano de 2013, pelo Programa de Qualificação da Saúde Suplementar - Componente Operadoras, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no que tange aos incisos I, II, III e IV do artigo 22-A da Resolução Normativa - RN nº139, de 24 de novembro de 2006.

– **Diretoria Colegiada (DC)**

**RESOLUÇÃO - RDC Nº 58, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013**

Estabelece parâmetros para a notificação, identificação e qualificação de produtos de degradação em medicamentos com substâncias ativas sintéticas e semissintéticas, classificados como novos, genéricos e similares, e dá outras providências.

**RESOLUÇÃO - RDC Nº 57, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013**

Dispõe sobre a priorização da análise técnica de petições de registro, pós-registro e anuência prévia em pesquisa clínica de medicamentos protocoladas para análise pela Gerência-Geral de Medicamentos.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**

[...] **Art. 1º** Aprovar a lista de Normas Técnicas, conforme Anexo, cujos parâmetros devem ser observados para a certificação de conformidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), dos equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária, nos termos da Resolução RDC ANVISA nº 27, de 21 de junho de 2011. [...]

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013**

Estabelece a abrangência da aplicação dos dispositivos do Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso in vitro para empresas que realizam as atividades de importação, distribuição e armazenamento e dá outras providências.

– **Diretoria de Gestão**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013**

Dispõe sobre a avaliação de desempenho das operadoras, referente ao ano de 2013, pelo Programa de Qualificação da Saúde Suplementar - Componente Operadoras, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no que tange aos incisos I, II, III e IV do artigo 22-A da Resolução Normativa - RN nº139, de 24 de novembro de 2006.

**AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)**

– **Diretoria Colegiada (DC)**

**RESOLUÇÃO - RDC Nº 58, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013**

Estabelece parâmetros para a notificação, identificação e qualificação de produtos de degradação em medicamentos com substâncias ativas sintéticas e semissintéticas, classificados como novos, genéricos e similares, e dá outras providências.

**RESOLUÇÃO - RDC Nº 57, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013**

Dispõe sobre a priorização da análise técnica de petições de registro, pós-registro e anuência prévia em pesquisa clínica de medicamentos protocoladas para análise pela Gerência-Geral de Medicamentos.

	<p><b>CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 494, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013</u></b>  [...] Aprovar o Regimento Interno da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. [...]</p> <p><b>SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA (SGEP)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 23, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Institui, no âmbito da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP, a Comissão Permanente de Controle Interno - CPCI.</p>
<p><b>Ministério das Cidades (MCidades)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 605, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Aprova a liberação de recursos do Orçamento Geral da União para elaboração de projetos de engenharia e execução de obras de manejo de águas pluviais, no âmbito da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2).</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 604, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Altera a Portaria nº 262, de 7 de junho de 2013, do Ministério das Cidades, que estabelece regras e procedimentos para propostas selecionadas no âmbito do PAC Mobilidade Grandes Cidades que pretendam utilizar Parceria Público-Privada (PPP).</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Dispõe sobre a execução orçamentária, referente ao exercício de 2013, do Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - PRÓ-COTISTA</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 45, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Dispõe sobre a alocação final do Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular, para o exercício de 2013.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2014.</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 471, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Regulamenta a fiscalização de trânsito por intermédio de videomonitoramento em estradas e rodovias, nos termos do § 2º do artigo 280 do <a href="#">Código de Trânsito Brasileiro</a>.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 470, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Acrescenta o art. 10-A à Resolução CONTRAN nº 320, de 05 de junho de 2009.  [...] "Art. 10-A O Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, mediante prévio credenciamento, poderá celebrar contratos para consulta ao Sistema do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAL, exclusivamente para fins de verificação da propriedade e existência de eventuais gravames ou outras restrições sobre</p>

	<p>veículos. [...]</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 466, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Estabelece procedimentos para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular.</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO Nº 139, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Altera o prazo estipulado no art. 3º da Resolução CONTRAN nº 371, de 10 de dezembro de 2010, que aprova o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito-Volume I - Infrações de competência municipal, incluindo as concorrentes dos órgãos e entidades estaduais de trânsito e rodoviários.</p>
<p><b>Ministério das Relações Exteriores (MRE)</b></p>	<p><b>SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG)</b>  ↳ Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB)  ↳↳ Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ)  ↳↳↳ Divisão de Atos Internacionais (DAI)</p> <p><b><u>ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CINGAPURA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO DOS LUCROS DO TRANSPORTE AÉREO E MARÍTIMO INTERNACIONAL</u></b></p>
<p><b>Ministério de Minas e Energia (MME)</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)</b> <b><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 594, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Estabelece valores dos estudos que compõem leilões de geração e de transmissão e procedimentos para ressarcimento aos desenvolvedores destes estudos.</p> <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP)</b> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 52, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> [...] <b>Art. 1º</b> Aprovar o Regulamento Técnico de Implementação de Resultados de Análises Físico-Químicas para as Medições Subsequentes de Petróleo e Gás Natural, anexo à presente Resolução, o qual estabelece os prazos e procedimentos que deverão ser observados na análise dos fluidos, na validação dos resultados, e na implementação de resultados de análises físico-químicas nas medições subsequentes de petróleo e gás natural com vistas a garantir a credibilidade dos resultados de medição. [...]</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 51, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> [...] <b>Art. 1º.</b> O objeto da presente Resolução é regulamentar a autorização para a prática de atividade de Carregamento de gás natural, dentro da esfera de competência da União. [...]</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 50, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> [...] <b>Art. 1º</b> Esta Resolução tem por objetivo regulamentar as especificações do óleo diesel de uso rodoviário, contidas no Regulamento Técnico ANP nº 4/2013, parte integrante desta Resolução, e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional. [...]</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2, DE 19 DE DEZEMBRO DE</u></b></p>

<p><b>Agrário (MDA)</b></p>	<p><b><u>2013</u></b>  Estabelece procedimentos relativos às consultas que serão realizadas aos ministérios pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário no âmbito dos processos administrativos de aquisição e desapropriação de imóveis rurais para os fins especificados nas <a href="#">Leis n.º 4.132, de 10 de setembro de 1962</a> e <a href="#">8.629, de 25 de fevereiro de 1993</a>.</p>
<p><b>Ministério do Esporte (ME)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 38, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Aprova a lista de substâncias e métodos proibidos na prática desportiva para o ano de 2014.</p>
<p><b>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</b></p>	<p><b>CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 460, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Altera a Resolução n° 420, de 28 de dezembro de 2009, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e dá outras providências.</p> <p><b>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013.</u></b>  Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA e dá outras providências.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  [...] Considerando a Instrução Normativa IBAMA n° 21, de 26 de dezembro de 2013, que disciplina a utilização do Documento de Origem Florestal - DOF com vistas ao aperfeiçoamento e informatização dos procedimentos de controle da exploração, comercialização, exportação e uso dos produtos e subprodutos florestais nativos em todo o território nacional; [...]</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  [...] <b>Art. 1º</b> O Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria MMA n° 253, de 18 de agosto de 2006, constitui-se licença eletrônica obrigatória para o transporte, beneficiamento, comércio, consumo e armazenamento de produtos florestais de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, contendo as informações sobre a procedência desses produtos, na forma do Anexo I desta Instrução Normativa. [...]</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  [...] <b>Art. 1º</b> Especificar tecnicamente, dentro do sistema de marcação individual de animais, a identificação individual de espécimes da fauna silvestre, objeto de Termo de Depósito de Animal Silvestre -TDAS e de Termo de Guarda de Animal Silvestre - TGAS. [...]</p> <p><b>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 27 DE DEZEMBRO DE</u></b></p>

	<p><b><u>2013</u></b>  Disciplina no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais.</p>
<p><b>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</b></p>	<p><b>SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA (SEGEPE)</b>  <b><u>ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) sobre o direito de opção de que trata o § 16 do art. 40 da <a href="#">Constituição Federal, de 1988</a>, dispondo acerca do regime de previdência complementar instituído pela <a href="#">Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012</a>.</p> <p><b><u>ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC quanto aos procedimentos necessários à análise dos processos de aposentadoria especial com fundamento no art. 57 da <a href="#">Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991</a>, dos servidores públicos federais amparados por decisão judicial em mandado de injunção julgado pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p><b><u>ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC quanto aos procedimentos a serem adotados para comprovação e conversão em tempo comum do tempo de serviço público especial prestado por servidores submetidos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de que trata o <a href="#">Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943</a>, em período anterior à vigência do regime jurídico, instituído pela <a href="#">Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990</a>.</p> <p><b>SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI)</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Altera a Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, e seus Anexos I, III, IV, V e VII e inclui o Anexo VIII.  [...] "Art. 3º Serviços distintos podem ser licitados e contratados conjuntamente, desde que formalmente comprovado que: [...]"</p> <p><b>SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL (SOF)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 236, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Estabelece procedimentos a serem observados na reabertura de créditos especiais e extraordinários, no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, no exercício de 2014.</p>
<p><b>Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Estabelece regras e procedimentos relacionados à aferição dos índices de representatividade das Centrais Sindicais no âmbito do GT Aferição.</p>

	<p>CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (CODEFAT)  <u><a href="#">RESOLUÇÃO Nº 725, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013</a></u>  Estabelece prazo para adoção do procedimento de coleta biométrica no pagamento do benefício Seguro-Desemprego, em espécie.</p> <p><u><a href="#">RESOLUÇÃO Nº 724, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013</a></u>  Dispõe sobre medidas para viabilizar o equilíbrio financeiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.</p> <p><u><a href="#">RESOLUÇÃO Nº 723, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013</a></u>  Prorroga a vigência da Linha de crédito especial FAT Turismo.</p>
<p><b>Ministério do Turismo (MTur)</b></p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM)  <u><a href="#">PORTARIA Nº 335, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</a></u>  Acrescenta o art. 12-A à Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.</p>
<p><b>Ministério dos Transportes (MT)</b></p>	<p>SECRETARIA EXECUTIVA (SE)  <u><a href="#">PORTARIA Nº 516, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</a></u>  [...] <b>Art. 1º</b> Publicar os Programas de Trabalho propostos pelos Estados e o Distrito Federal para o exercício 2014, referentes à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela <u><a href="#">Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001</a></u>, nos termos dos respectivos processos administrativos, conforme discriminado nos anexos desta Portaria. [...]</p>
<p><b>Poder Judiciário</b></p>	<p>SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)  – Conselho da Justiça Federal  <u><a href="#">RESOLUÇÃO Nº 280, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</a></u>  Dispõe sobre os procedimentos relativos à programação financeira e às alterações de detalhamento do elemento de despesa para pagamento das folhas de pessoal e das despesas de custeio e de capital do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, bem como os relativos ao pagamento de sentenças judiciais.</p> <p><u><a href="#">RESOLUÇÃO Nº 279, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</a></u>  Dispõe sobre o Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - MCTI-JF no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.</p> <p><u><a href="#">PORTARIA Nº 497, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</a></u>  Dispõe sobre o valor mensal do auxílio-saúde, no exercício financeiro de 2014, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.</p>
<p><b>Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais</b></p>	<p>CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA (CFQ)  <u><a href="#">RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 254, DE 13 DE SETEMBRO DE 2013</a></u>  Dispõe sobre a responsabilidade técnica de firmas ou entidades que produzam, fabricam, comercializam, forneçam, transportam, distribuam produtos químicos, produtos industriais, insumos da área</p>

	da Química e prestam serviços de natureza Química.
<b>Publicação DOE-SP</b>	<b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b>
<b>PUBLICAÇÃO DOE</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>28/12/2013</b>	<p><b><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.229, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Dispõe sobre reclassificação dos salários dos integrantes das carreiras e classes regidas* pela <a href="#">Lei Complementar nº 1.058, de 16 de setembro de 2008</a>, e dá outras providências  *Empregados da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV</p> <p><b><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.228, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica</p> <p><b><u>DECRETO Nº 60.024, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Acrescenta dispositivo ao parágrafo único do artigo 1º do <a href="#">Decreto nº 57.133, de 14 de julho de 2011</a>, que institui o Programa de Qualificação Profissional VIA RÁPIDA EMPREGO</p> <p><b><u>DECRETO Nº 58.804, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012</u></b>  <b>Retificação do D.O. de 27-12-2012</b>  No anexo leia-se como segue e não como constou:  ANEXO [...]</p> <p><b>SUPLEMENTO</b>  <b><u>LEI Nº 15.265, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2014.</p>
<b>27/12/2013</b>	<p><b><u>LEI Nº 15.266, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual</p> <p><b><u>LEI Nº 15.265, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2014.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 60.020, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Dá nova redação a dispositivos do <a href="#">Decreto nº 57.235, de 15 de agosto de 2011</a>, que regulamenta o artigo 3º da <a href="#">Lei Complementar nº 826, de 20 de junho de 1997</a>, que cria, na Secretaria da Segurança Pública, a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas</p> <p><b><u>DECRETO Nº 60.014, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b>  Autoriza a Casa Militar do Gabinete do Governador, por intermédio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, a promover o auxílio necessário à Defesa Civil do Estado do Espírito Santo, no fornecimento de recursos para a população vitimada das enchentes ocorridas naquele Estado</p> <p><b><u>DECRETO Nº 60.009, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b></p>

	Cria o Parque Urbano "Cândido Portinari", localizado na Avenida Queiroz Filho, nº 1.365, Vila Hamburguesa, Município de São Paulo
<b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b>	<b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>
<b>Administração Penitenciária (SAP)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO 213, DE 27-12-2013</u></b>  Regulamenta o credenciamento de restaurantes para fornecimento de alimentação aos servidores públicos da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, Coordenadoria de Saúde, Conselho Penitenciário, Corregedoria e Ouvidoria da Secretaria de Administração Penitenciária que trabalham no prédio da Rua Líbero Badaró 600 e aos servidores da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania e da Secretaria de Administração Penitenciária que trabalham na Central de Penas e Medidas Alternativas e no Serviço de Apoio às Varas das Execuções Penais localizados no Complexo Judiciário "Ministro Mário Guimarães" - Fórum Criminal da Barra Funda.</p> <p><b>FUNDAÇÃO PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL (FUNAP)</b>  <b><u>PORTARIA DIREX 050/2013, DE 26-12-2013</u></b>  Modifica a NPO-02/2009 Norma de Procedimento Operacional, que regulamenta a contratação, a jornada de trabalho e a bolsa paga aos presos vinculados ao Programa de Profissionalização desenvolvido por esta Fundação.</p> <p><b><u>PORTARIA DIREX 049/2013, DE 26-12-2013</u></b>  Modifica a NO-05/2011 – Norma de Procedimento Operacional, que regulamenta as contratações referentes ao Programa de Alocação de Mão-de-Obra Carcerária de interesse da iniciativa privada, com interveniência da FUNAP.</p> <p><b><u>PORTARIA DIREX 048/2013, DE 26-12-2013</u></b>  NPA 004/2010 - Norma de Procedimento Administrativo, que padroniza a denominação das unidades penais, tornando obrigatório uso da mesma.</p>
<b>Casa Civil (CC)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>COMUNICADO CONJUNTO CC/SGP-1, DE 26-12-2013</u></b>  O Secretário-Chefe da Casa Civil e o Secretário de Gestão Pública, comunicam:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O Banco de Cargos e Funções-Atividades Disponíveis da Administração Direta e Autárquica do Estado, criado pelo <a href="#">Dec. 40.039-95</a>, foi reorganizado pelo <a href="#">Dec. 59.957-2013</a>, e passa a denominar-se Banco de Contingenciamento de Cargos e Empregos Públicos da Administração Direta e Autárquica do Estado - BCEP.</li> <li>2. A norma ora reorganizada é de suma importância para que os órgãos da administração direta e as entidades autárquicas identifiquem em seus respectivos Quadros, cargos e empregos considerados excedentes ou desnecessários ao seu eficaz funcionamento.</li> <li>3. A Secretaria de Gestão Pública, por intermédio da Unidade Central de Recursos Humanos, baixará instruções aos órgãos setoriais de recursos humanos para o fiel cumprimento do Dec. 59.957-2013.</li> </ol>

	<p>4. Publique-se e dê-se ampla divulgação.</p> <p><b>CASA MILITAR (CMil)</b>      – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC)</p> <p><b>Extrato</b>  <u><b>REGIMENTO INTERNO</b></u> DA 1ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL      Assunto: Publicação integral do Regimento anexo - Signatário: Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - Objeto: Estabelecimento de regras para fins de normatizar os procedimentos para estruturação necessária para a realização da 1ª Conferência Estadual de proteção e Defesa Civil, que será realizada nos dias 12 e 13-4-2014, nas dependências do Palácio dos Bandeirantes - Data da aprovação do Regimento: 27-12-2013. [...]</p>
<b>Cultura (SC)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <u><b>RESOLUÇÃO SC 110, DE 27-12-2013</b></u>      Dispõe sobre a aplicação das sanções administrativas previstas na <a href="#">Lei Federal 8.666, de 21-06-1993</a> e na <a href="#">Lei Estadual 6.544, de 22-11-1989</a>, no âmbito dos contratos de gestão celebrados pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.</p> <p><u><b>RESOLUÇÃO SC 109, DE 20-12-2013</b></u>      Cria o Grupo de Trabalho Interno para a Discussão da Elaboração do Plano Estadual de Cultura do Estado de São Paulo.</p>
<b>Desenvolvimento Social (SEDS)</b>	<p><b>CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS)</b>  <u><b>DELIBERAÇÃO CONSEAS/SP 024/2013</b></u>      Dispõe sobre o Pleito Eleitoral 2014 para a escolha de representantes da Sociedade Civil no Conseas/SP.</p>
<b>Educação (SE)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <u><b>RESOLUÇÃO SE-89, DE 26-12-2013</b></u>      Dispõe sobre prorrogação de afastamento de servidores da Pasta, e dá providências correlatas</p> <p><b>COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (CGRH)</b>  <b>SUPLEMENTO</b>  <u><b>PORTARIA DA COORDENADORA, DE 27/12/2013</b></u>      REMOVENDO POR CONCURSO, nos termos do artigo 24 da <a href="#">Lei Complementar nº 444/85</a>, do <a href="#">Decreto nº 59.447/2013</a>, <a href="#">Decreto nº 55.143/2009</a> e da Resolução SE nº 95/2009, Professor Educação Básica I e Professor Educação Básica II, do SQC-II-QM, por União de Cônjuges e por Títulos, conforme segue: [...]</p>
<b>Fazenda (SF)</b>	<p><b>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT)</b>  <u><b>COMUNICADO CAT-23, DE 26-12-2013</b></u>      Divulga os valores em reais da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos para o período de 1º de janeiro a 31-12-2014</p> <p>– Diretoria de Arrecadação (DA)  <u><b>COMUNICADO DA-75, DE 18-12-2013</b></u>  <b>Divulga o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP para o período de 1º de janeiro a 31-12-2014</b>      O Diretor de Arrecadação, considerando o que dispõe o artigo 603</p>

	<p>das Disposições Finais do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000 (D.O. de 1/12/2000), comunica que o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, para o período de 1º de janeiro a 31-12-2014, será de R\$ 20,14.</p>
<p><b>Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)</b></p>	<p><b>INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPEM)</b>      – Superintendência  <u><a href="#">PORTARIA IPEM-SP 324/2013, DE 27-12-2013</a></u>      [...] <b>Artigo 1º</b> - ESTABELECE o período abaixo para que seja realizada a MUDANÇA DE TARIFA e VERIFICAÇÃO PERIÓDICA ANUAL dos taxímetros instalados nos veículos de aluguel para o transporte de passageiros do município de Bertiooga referente ao exercício de 2014. [...]</p> <p><u><a href="#">PORTARIA IPEM-SP-322, DE 26-12-2013</a></u>      [...] <b>Artigo 1º</b> – Estabelecer o quadro de plantões para verificação metrológica dos taxímetros instalados nos veículos de aluguel para transportes de passageiros dos municípios constantes no quadro anexo, referente ao exercício de 2014. [...]</p>
<p><b>Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <u><a href="#">RESOLUÇÃO SPDR-14, DE 21-12-2013</a></u>      Dispõe sobre a constituição de Grupo Técnico com o objetivo de coordenar e acompanhar estudos e adotar as medidas necessárias para a apresentação ao Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas de projeto de Trens Intercidades</p> <p><b>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN)</b>  <u><a href="#">PORTARIA DETRAN-2533 DE 26-12-2013</a></u>      Relaciona e indica condutores notificados no mês de dezembro de 2013, consoante exigência prevista na Portaria Detran n. 767, de 2006</p>
<p><b>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</b></p>	<p><b>PROCURADORIAS REGIONAIS</b>      – Procuradoria Regional de São José do Rio Preto  <u><a href="#">PORTARIA PR.8 Nº 12, DE 20-12-2013</a></u>      Dispõe sobre a Reorganização da Procuradoria Regional de São José do Rio Preto, na forma estabelecida pelo <u><a href="#">Decreto 59.464, de 23 de agosto de 2013</a></u>, e Resolução PGE 27, de 13 de setembro de 2013</p>
<p><b>Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)</b></p>	<p><b>COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS (CRHi)</b>      – Comitê de Bacias Hidrográficas Do Tietê-Batalha (CBH-TB)  <u><a href="#">DELIBERAÇÃO CBH /TB 009 / 2013, DE 16-12-2013</a></u>      Dispõe sobre a fixação de datas e prazos no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Batalha, CBH-TB, para ações e atividades a serem desenvolvidas no 1º semestre de 2014.</p> <p><u><a href="#">DELIBERAÇÃO CBH/TB 007 / 2013, DE 16-12-2013</a></u>      Dispõe sobre Diretrizes e Critérios para solicitação de recursos do FEHIDRO no ano de 2014, e dá outras providências.</p> <p><u><a href="#">DELIBERAÇÃO CBH-TB 004/2013, DE 19-12-2013</a></u>      Deliberação “ad referendum”, de 16-07-2013, publicada no Diário Oficial do Estado em 20-07-2013.      Dispõe sobre a convocação para a Conferência Regional do Meio</p>

	<p>Ambiente no âmbito do Comitê das Bacias Hidrográficas do Tietê/Batalha, UGRHI -Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 16.</p>
<p><b>Segurança Pública (SSP)</b></p>	<p><b>POLÍCIA CIVIL DO ESTADO (PCESP)</b>  → Delegacia Geral de Polícia Dr. Maurício Guimarães Pereira (DGP)  <u><a href="#">PORTARIA DGP-46, DE 26-12-2013</a></u>  Veda a fruição de férias e licença-prêmio no período da Copa do Mundo Fifa 2014  <i>(Republicada por ter saído com incorreção)</i></p> <p><b>POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (PMESP)</b>  → Comando Geral (CG)  →→ Comandante-Geral da Polícia Militar  →→→ Centro de Inteligência da Polícia Militar  <u><a href="#">COMUNICADO</a></u>  Corregedoria da Polícia Militar  Resolução N. SSP-516/00 de 15Dez00 e SSP-213/01 de 05Nov01  Mês/ano: nov/2013  Pessoas vítimas [...]</p>
<p><b>Defensoria Pública do Estado (DPE)</b></p>	<p><b>CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO (CSDP)</b>  <u><a href="#">DELIBERAÇÃO CSDP-287, DE 13-12-2013</a></u>  Regulamenta, no âmbito da Defensoria Pública do Estado, a atuação de prisão em flagrante e de apreensão de adolescente e altera dispositivo da Deliberação CSDP 286 de 29-11-2013</p> <p><u><a href="#">DELIBERAÇÃO CSDP 286, DE 29-11-2013</a></u>  Regulamenta a gratificação pelo exercício de atividades em condições de especial dificuldade decorrente da localização ou da natureza do serviço, prevista no art. 17 das Disposições Transitórias da <u><a href="#">Lei Complementar Estadual 988, de 9 de janeiro de 2006</a></u>, e dá outras providências</p>
<p><b>Publicação DOE - Legislativo</b></p>	<p><b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b></p>
<p><b>28/12/2013</b></p>	<p><b>SUPLEMENTO</b>  <u><a href="#">PROJETO DE LEI Nº 686, DE 2013</a></u>  (Proposta Orçamentária para 2014)</p>
<p><b>Publicação DO - Cidade</b></p>	<p><b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b></p>
<p><b>31/12/2013</b></p>	<p><u><a href="#">LEI Nº 15.950, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</a></u>  (PROJETO DE LEI Nº 695/13, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO)  Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2014.</p> <p><u><a href="#">LEI Nº 15.949, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</a></u>  (PROJETO DE LEI Nº 694/13, DO EXECUTIVO, APROVADO NA</p>

	<p>FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 54.738, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Dispõe sobre a criação de escola municipal de ensino fundamental. (<i>Distrito de São Rafael</i>)</p> <p><b><u>DECRETO Nº 54.735, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Regulamenta a <a href="#">Lei nº 15.763, de 20 de maio de 2013</a>, que dispõe sobre a reserva de vagas em estacionamentos de shopping centers, centros comerciais e hipermercados para gestantes e pessoas com crianças de colo, no âmbito do Município de São Paulo.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 54.734, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Regulamenta a <a href="#">Lei nº 15.777, de 29 de maio de 2013</a>, que dispõe sobre a emissão de ruídos sonoros provenientes de aparelhos de som instalados em veículos automotores estacionados.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 54.733, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Acresce § 4º ao artigo 1º do <a href="#">Decreto nº 53.841, de 19 de abril de 2013</a>, que dispõe sobre a substituição dos índices de reajustamento de preços dos contratos administrativos no âmbito da Administração Municipal Direta e Indireta.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 54.732, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Dispõe sobre a alteração do capital social da Empresa São Paulo Urbanismo – SP-Urbanismo; aprova a alteração das cláusulas 5ª e 6ª do Contrato Social da empresa, constante do Anexo I integrante do <a href="#">Decreto nº 51.415, de 16 de abril de 2010</a>.</p>
<p><b>28/12/2013</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 54.731, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Atualiza, para o exercício de 2014, os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno constantes da Planta Genérica de Valores, o valor limite de metro quadrado de terreno de imóveis residenciais verticais e os valores das multas relativas aos Impostos Predial e Territorial Urbano, bem como concede desconto para pagamento à vista do IPTU.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 54.730, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> Fixa o valor dos preços de serviços prestados por Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo.</p>
<p><b>27/12/2013</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 15.948, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> (PROJETO DE LEI Nº 43/13, DO VEREADOR ANDREA MATARAZZO – PSDB) Institui o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais - Pro-Mac, dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais e dá outras providências.</p> <p><b><u>LEI Nº 15.947, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013</u></b> (PROJETO DE LEI Nº 311/13, DOS VEREADORES ANDREA MATARAZZO – PSDB, ARSELINO TATTO – PT, FLORIANO PESADO – PSDB, GOULART – PSD, MARCO AURÉLIO CUNHA – PSD E RICARDO NUNES - PMDB) Dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em vias e áreas públicas - comida de rua - e dá outras providências.</p>

24/12/2013

**LEI Nº 15.946, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

(PROJETO DE LEI Nº 638/13, DO VEREADOR ORLANDO SILVA – PC DO B)

Dispõe sobre a composição mínima de 50% de mulheres nos Conselhos do Controle Social, e dá outras providências.

**LEI Nº 15.945, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

(PROJETO DE LEI Nº 542/09, DA VEREADORA JULIANA CARDOSO - PT)

Estabelece diretrizes para a criação do Programa Centro de Parto Normal - Casa de Parto, no âmbito do Município de São Paulo.

**LEI Nº 15.944, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

(PROJETO DE LEI Nº 467/11, DOS VEREADORES AURÉLIO NOMURA - PSDB, ANDREA MATARAZZO - PSDB, CORONEL TELHADA - PSDB, FLORIANO PESARO - PSDB, GILSON BARRETO - PSDB, MARIO COVAS NETO - PSDB, PATRÍCIA BEZERRA - PSDB, RICARDO NUNES - PMDB E SENIVAL MOURA - PT)

Permite a participação das cooperativas de mão de obra em licitações e contratações promovidas pela Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo, e dá outras providências.

**LEI Nº 15.943, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

(PROJETO DE LEI Nº 439/97, DOS VEREADORES CARLOS NEDER - PT E JULIANA CARDOSO - PT)

Dispõe sobre o diagnóstico de gestantes portadoras do vírus HIV e prevenção da transmissão do mesmo aos fetos e crianças recém-nascidas.

**LEI Nº 15.941, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

(PROJETO DE LEI Nº 345/06, DOS VEREADORES AURÉLIO NOMURA – PSDB, JUSCELINO GADELHA – PSB, CEL. CAMILO – PSD, CEL. TELHADA – PSDB, FLORIANO PESARO – PSDB, GILSON BARRETO – PSDB, MÁRIO COVAS NETO – PSDB, PATRÍCIA BEZERRA – PSDB, RICARDO NUNES – PMDB, RICARDO YOUNG – PPS E TONINHO VESPOLI - PSOL)

Dispõe sobre a criação do Parque Municipal Augusta\* e dá outras providências.

*\*Subprefeitura da Sé, localizada na confluência da Rua Augusta com a Rua Caio Prado e a Rua Marquês de Paranaguá.*

**LEI Nº 15.940, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

(PROJETO DE LEI Nº 252/13, DO VEREADOR PAULO FIORILO – PT)

Dispõe sobre a identidade visual dos veículos utilizados no sistema de transporte municipal e dá outras providências.

**LEI Nº 15.939, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

(PROJETO DE LEI Nº 223/13, DOS VEREADORES REIS – PT, ALESSANDRO GUEDES – PT, ALFREDINHO - PT, ARSELINO TATTO – PT, JAIR TATTO – PT, JOSÉ AMÉRICO – PT, JULIANA CARDOSO – PT, NABIL BONDUKI – PT, PAULO FIORILO – PT, SENIVAL MOURA – PT E VAVÁ – PT)

Dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal em cargos efetivos e comissionados.

**LEI Nº 15.937, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

(PROJETO DE LEI Nº 147/12, DA VEREADORA SANDRA TADEU - DEMOCRATAS)

Proíbe o uso de aparelhos sonoros ou musicais no interior de veículos de transporte coletivo nas condições que especifica e dá outras providências.

**LEI Nº 15.936, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

(PROJETO DE LEI Nº 145/10, DO VEREADOR SOUZA SANTOS - PSD)  
Institui, na rede pública municipal de saúde, a realização de exames de urina I e creatinina para a prevenção e o controle da doença renal crônica.

**LEI Nº 15.935, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

(PROJETO DE LEI Nº 86/10, DOS VEREADORES MARA GABRILLI – PSDB, ANDREA MATARAZZO - PSDB, FLORIANO PESARO - PSDB E MARTA COSTA - PSD)

Dispõe sobre a proibição das casas de shows, casas de diversões, casas de espetáculos, salas de concerto, estádios, circos e demais estabelecimentos congêneres que ofereçam ao público em geral atividades de lazer e entretenimento no Município de São Paulo cobrarem mais de uma entrada nas situações que elenca, e dá outras providências.

**LEI Nº 15.934, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

(PROJETO DE LEI Nº 62/13, DOS VEREADORES GILSON BARRETO – PSDB, MARQUITO – PTB, PASTOR EDEMILSON CHAVES – PRB E VAVÁ - PT)

Institui o ônibus “Circular Noturno” na Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

**LEI Nº 15.933, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

(PROJETO DE LEI Nº 37/13, DO VEREADOR ARI FRIEDENBACH - PROS)

Institui no âmbito do município de São Paulo o Programa de Adoção de Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

**DECRETO Nº 54.720, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

Transfere para a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente a gestão e todos os encargos decorrentes da implantação e manutenção, nas zonas leste e norte do Município de São Paulo, dos Hospitais Veterinários de Cães e Gatos que especifica.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home\\_1\\_0.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx)

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Maria Isa de Aquino Sousa

[mariaisa@sp.gov.br](mailto:mariaisa@sp.gov.br)

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

[ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br)

Júlio César de Paula - [jcdepaula@sp.gov.br](mailto:jcdepaula@sp.gov.br)

Marcelo Conti - [mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Biblioteca

**Cancelamento:**

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para [ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br) ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107